

Perlaboração e contemplação meditativa: antropologia do imaginário e o Dharma de Buda como terapêutica potencial

Perlaboration and meditative contemplation: anthropology of the imaginary and the Buddhadharma as potential therapeutics

Leandro Durazzo

RESUMO

Este texto procura esclarecer os sentidos de uma noção psicanalítica bastante específica, mas também presente na literatura sobre a teoria do imaginário, a saber, a noção de perlaboração. A fim de apresentar seu significado para além da explanação teórica, ilustraremos o procedimento perlaborativo com uma técnica análoga, vinda da literatura budista. Nossa intenção é demonstrar como uma prática de auto-cultivo, oriunda de uma consolidada tradição religiosa, apresenta dinâmicas psíquicas presentes também em certa tradição científica ocidental – ampliando, com isso, certas abordagens simbólicas de uma antropologia do imaginário com relação a processos de equilíbrio psíquica. Através dessa comparação, por fim, poderemos evidenciar de maneira mais efetiva alguns procedimentos e efeitos de ambas as tradições.

Palavras-chave: Antropologia do Imaginário; Meditação Budista; Perlaboração

ABSTRACT

This paper aims to explain the meanings of a very specific notion found in the anthropology of the imaginary's literature: the notion of *perlaboration*. To present its meaning further than through a theoretical explanation we will picture it with an analogous technique from the Chinese Buddhist tradition. Our intention is to demonstrate how a religious self-cultivation practice can show psychical dynamics also found in the western science – especially within the symbolic anthropology of the imaginary. Through this comparison we will be able to clarify some procedures and effects of both traditions.

IDoutorando em Antropologia Social, UFRN, Natal-RN. Contato: leandrodurazzo@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Submetido em 06/08/2018; aceito em 08/04/2019.

Keywords: Anthropology of the Imaginary; Buddhist Meditation; Perlaboration

Introdução

Em 2005 desenvolvemos, no âmbito de uma pesquisa de Iniciação Científica, projeto em Educação e Antropologia do Imaginário que lidava primariamente com jogos de interpretação de personagens, *Role Playing Games*, RPGs. Esse projeto, intitulado “O potencial do RPG: campo epistêmico do imaginário e perlaboração da problemática da alteridade”, por muito tempo teve na *perlaboração* um nó difícil de desatar. Como explicar para não especialistas o que significava perlaboração? E, mais ainda, como explicar o que nós queríamos dizer com isso, a partir de uma antropologia do imaginário (cf. DURAND, 2001)? Porque o conceito original de perlaboração, vindo de Freud, não é exatamente o que propúnhamos – pelo menos não quando tal conceito desaguava em uma terapêutica potencial, em uma forma de experimentação imaginativa e criativa da alteridade.

A despeito disso, a pesquisa foi desenvolvida com satisfatório sucesso, tornando-se posteriormente monografia (DURAZZO, 2008) e capítulo de livro (DURAZZO, BADIA, 2011). O conceito de perlaboração, entretanto, teve pouco desenvolvimento de minha parte, tanto teórico quanto expositivo. Mesmo sabendo explicar resumidamente os mecanismos psíquicos dessa noção, ela ainda soava por demais abstrata.

O que não impediu, é claro, de ousarmos o novíssimo neologismo *supra-perlaboração*, ao falar do inefável budismo Chan, o zen-budismo chinês (DURAZZO, 2011, p. 77-78). Mas ainda aqui não houve verdadeira demonstração do que seria, afinal, a perlaboração, especialmente a que nos diz respeito nos estudos do imaginário. Minha *supra-perlaboração* serviu, ao fim do artigo, mais como encaminhamento de hipótese, levantamento possível de uma nova orientação teórica e epistemológica – na trilha da qual ainda caminhamos, com felizes e consideráveis avanços.

Até que, em meditação, lembrei-me de uma técnica budista ensinada pelo Venerável Mestre Hsing Yün (2004). Nessa obra, o autor discorre justamente sobre técnicas e práticas de meditação e auto-cultivo. E eis que a perlaboração fez sentido, visual e quase palpável.

A seguir, apresentaremos brevemente a noção clássica e freudiana do conceito, bem como seus desdobramentos mais abrangentes na direção de Jung e José Carlos de Paula Carvalho, bases de nossa própria compreensão teórica e metodológica de uma antropologia do imaginário. Num segundo momento, como a concretização de meu projeto de Iniciação Científica há muito realizado, ilustraremos com técnicas budistas de contemplação o que, por fim, significa perlaboração. Este pequeno e despretensioso artigo é dedicado, assim, a todos os leitores, colegas e amigos que tiveram de lidar com a imprecisão acerca da noção de perlaboração – que, não obstante, auxiliou-nos a desenvolver uma série de reflexões em tudo pertinentes, como veremos.

Perlaboração

[per.la.bo.ra.ção] Psic. sf.

1. Processo pelo qual o psicanalisando integra uma interpretação e supera as resistências que ela suscita; elaboração interpretativa.

Considerada em um plano psicanalítico clássico, a *perlaboração* se vincula a um confronto psíquico, a um embate entre o consciente e seus bloqueios, traumas e resistências. Freud tinha em conta o redobramento da consciência em análise sobre si mesma e, mais aprofundadamente, sobre os conteúdos psíquicos que estivessem ainda para além dela – ou seja, o inconsciente. Tratados por meio de uma abordagem clínica negativa, tal qual Freud propunha como base metodológica e mesmo epistemológica, esses conteúdos traumáticos eram encarados enquanto barreiras a serem transpostas, feridas a serem curadas. O processo de análise levaria, assim, através de idas e vindas terapêuticas, à perlaboração enquanto processo de enfrentamento das resistências existentes, pelo qual tais resistências poderiam ser diluídas e integradas, por fim, ao ego (FREUD, 1914).

Através da fala de José Carlos de Paula Carvalho podemos traçar um paralelo esclarecedor quanto às limitações e esferas de atuação das duas linhas teóricas pouco acima mencionadas: psicanálise e antropologia do imaginário. Tratando da psicocrítica de Mauron, Paula Carvalho nos faz saber da distinção clara que Gilbert Durand – formulador da antropologia do imaginário – estabelece quando confrontado com a teoria mauroniana dos *mitos pessoais*.

[Durand] diz preferir o nome de “complexos” para aquilo que Mauron descreve e estuda, reservando o termo “mito”, em rigoroso sentido antropológico, para o que é alvo da mitocrítica. Isso se explica em chave junguiana: Baudouin, a partir de Jung, chama com felicidade, no esteio da “psicologia dos complexos”, os complexos de “constantes arquetípicas da imaginação simbólica”, aproximando complexo e arquétipo, estabelecendo, também, que, mais que as instâncias da segunda tópica freudiana [...], é a imaginação simbólica o “agens”. Lembremos inicialmente Jung descobrindo os “complexos”, ou “personalidades autônomas” que, com o “abaissement du niveau mental” (Janet), literalmente “possuem” a consciência substituindo-se ao ego, porque são “personalidades-mana”. (PAULA CARVALHO, 1998, p. 85).

Essa diferenciação entre a segunda tópica de Freud e a imaginação simbólica já dá pistas sobre o desdobramento que a noção de *perlaboração* virá a apresentar. Lembremos: essa tópica estabelece os termos id, ego e superego como os componentes do mecanismo psíquico, e é na dinâmica desses componentes que a existência de bloqueios e traumas em nível ontogenético seria possível. Em outro sentido, apontando para a vertente junguiana da psicologia dos complexos, “constantes arquetípicas”, a *perlaboração* não lidaria com traumas e bloqueios no sentido freudiano desses termos. Para muito além disso, o processo de perlaboração seria expandido para englobar a dinâmica constante entre conteúdos inconscientes e conscientes, seus processos de troca e evidenciação nas camadas da psiquê.

A aproximação com o pensamento de Jung coloca nosso conceito a braços dados com sua teoria. Ultrapassando a dimensão individual e biográfica da clínica freudiana, de sua noção de inconsciente, Jung permite a extrapolação de um conceito como *perlaboração* porque, como é sabido, seu inconsciente não é apenas o definido e originado do funcionamento psíquico individual: todo o inconsciente coletivo apresenta a possibilidade de ser perlaborado, e nosso conceito adquire uma dimensão eminentemente social.

Vale notar, entretanto, que a abrangência do inconsciente coletivo e das constantes arquetípicas não elimina a possibilidade dos dinamismos individuais, da confrontação com conteúdos inconscientes frutos da ontogênese de um sujeito específico. O que a ampliação do inconsciente permite, que fique claro, é a simbolização do processo perlaborativo. Ou seja, a

psiquê não está mais lutando contra bloqueios e feridas pessoais causadas apenas por circunstâncias restritas e individuais, contidas na história daquela pessoa em particular: a confrontação psíquica passa a ser elaborada – e considerada criticamente – como a atualização psíquica de toda a espécie, com seus diversos caminhos e possibilidades sempre ampliados.

A resolução de um bloqueio edipiano, por assim dizer, não estaria necessariamente na integração do complexo de Édipo – ou de sua dissolução. Nutrida por toda a gama de símbolos e referências humanas, desde o mais remoto passado até a mais longínqua distância, a solução para o bloqueio edipiano poderia ser, porque coletivo e arquetípico, a reformulação da pergunta: “por que Édipo?”. Existiria, na dinâmica criativa da perlaboração pós-junguiana, uma possibilidade de reformular todos os problemas colocados na tradição psicanalítica: se eu nego Édipo não por denegar seu complexo, mas por buscar outras narrativas arquetípicas para o meu bloqueio, meu bloqueio deixa de existir. Eu não resolvi um bloqueio real: eu apenas des-realizei um discurso pré-estruturado.

Essa ampliação que consideramos, portanto, traz à cena um elemento bastante particular e interessante, porquanto bastante desprezado e temido: a *Sombra*. Essa porção rejeitada de nossa psiquê, de nosso imaginário, de nossos desejos e complexos pulsionais, constantemente denegados, formam o que denominamos *cultura latente*. Contrária a ela, a *cultura patente* representa a normatividade social, o imaginário aceito e carregado à luz do dia (BADIA, PAULA CARVALHO, 2002). A perlaboração da Sombra permite que mantenhamos o equilíbrio psíquico, uma saúde mental – tanto como indivíduos quanto como sociedade. O não processamento dessa Sombra, a rejeição constante e reiterada da cultura latente, degenera em violência, crises e desidentificações em diversos níveis (PAULA CARVALHO, 1997).

E, para lidar com a Sombra, mais que perlaboração no sentido de Freud temos, agora, uma *auseinandersetzung*, no sentido de Jung. Um processo de enfrentamento, confrontação e equalização entre materiais conscientes e inconscientes, como nos diz Paula Carvalho (1999). É dinâmica perlaborativa constante, criativa e mobilizadora de instâncias educacionais, imaginárias e culturais: a perlaboração não se restringe à clínica.

“Imaginação ativa” é um termo usado por Jung para descrever o processo que, por meio da conexão entre ego e o “mundo interno” dos arquétipos, chega a formar as imagens arquetípicas. Ele designa tal processo como “uma tarefa de elaboração ou desenvolvimento” da fantasia, à qual se dá “rédea solta”.

O conceito de *Auseinandersetzung* é próximo a essa concepção, já que o ego é visto em sua interface com o “inconsciente”, resultando no desenvolvimento de um drama interno. (FORDHAM, 2005, p. 247, tradução nossa²).

O imaginário – e a antropologia do imaginário – tem em alta conta a possibilidade permanente de atuação dos conteúdos psíquicos na elaboração de novas formulações. Isso, como já deve estar claro, não acontece de forma sempre consciente. A elaboração de novas formulações, como aqui referimos, está presente nas artes, sonhos, disposições corporais, críticas lógico-discursivas, raciocínios matemáticos e atribuições de valor estético. E muito mais. O

2

No original: “‘Active imagination’ is a term used by Jung to describe the procedure whereby the images of the archetypes can be formed by bringing the ego into relation with the ‘inner world’ of archetypes. He calls it ‘the task of elaborating or developing’ fantasy by given ‘free rein’ to it. The concept of *Auseinandersetzung* is allied to this conception, for the ego is conceived as meeting the ‘unconscious’ and as a result an inner drama is developed.”

imaginário *é*, por assim dizer, uma permanente dinâmica da psiquê – em todos os sentidos e direções. A compreensão da *perlaboração* enquanto constância psíquica é o que faz girarem as constelações do imaginário, e sua natureza de *imaginação ativa* a coloca galáxias distante de sua original acepção clínica.

Colocando em perspectiva, a supra-perlaboração que sugerimos segue ainda por outro caminho. Nela, *überauseinandersetzung* como propusemos, a confrontação entre camadas conscientes e inconscientes da psiquê talvez nem exista – não, pelo menos, no sentido imagético e discursivo em que costumamos encarar suas condensações. Trabalhando o budismo Chan/Zen, sua prática meditativa de superação da mente, de esvaziamento dos conteúdos lógicos/discursivos/mentais até o mais absoluto vazio da vacuidade (空, *ch. Kōng; sk. Śūnyatā*), julgamos atravessar a dimensão filosófica que sustenta qualquer identificação com conteúdos mentais – conscientes ou inconscientes.

A não-identificação, aliás, sobretudo quando relacionada ao *ego*, é ponto básico do budismo. Não existe um *ego*, diz a doutrina do Buda, e não existe um *eu* que se relaciona com as coisas (DURAZZO, 2017). Assim, tanto existências materiais e concretas quanto experiências mentais e psíquicas estariam, em última análise, em outro plano de compreensão da realidade. Mas neste texto, apesar da indicação de uma possibilidade filosoficamente transcendente, nosso foco não está na supra-perlaboração. Porque, como dissemos, a motivação desta reflexão veio de um ensinamento específico, muito mais atento às necessidades dos praticantes humanos e cheios de vícios mentais do que aos iluminados entendedores da vacuidade.

Dizem os ensinamentos budistas que não há *ego*, eu individual, substância, essência definida ou hipóstase de qualquer tipo (GONÇALVES, 1976). Entretanto, por ignorância dessa realidade última, o karma – a série de ações e consequências de que são compostas as vidas dos seres – gera ilusões, e tais ilusões geram nossas compreensões iludidas sobre uma suposta realidade. Os ensinamentos do budismo se destinam também aos praticantes iludidos, ainda ignorantes dessa realidade supra-discursiva (DURAZZO, 2016), e seguindo tais ensinamentos nós somos levados a compreender, pouco a pouco – e, às vezes, subitamente –, o confuso funcionamento de nossa própria mente.

Diferentemente da permanente perlaboração do imaginário, da imaginação ativa que se encontra em todas as atividades humanas, as práticas de contemplação de que trataremos agora são bastante aparentadas ao processo clínico – algo que Jung já reconhecia ao estabelecer certa relação entre práticas meditativas orientais e uma psicoterapia no Ocidente (JUNG, 1961, 1980). Elas são, sem dúvida, práticas terapêuticas mais livres, e o fato de não estarem confinadas às paredes de uma clínica certamente as aproxima da dimensão junguiana que mencionamos. Entretanto, por serem práticas de auto-cultivo, de esforço mental direcionado, são terapêuticas dependentes da dedicação do praticante, e nisso se assemelham a um processo clínico tradicional.

As sugestões de temas e imagens a contemplar também direcionam esse exercício a uma compreensão orientada. Não é um viver criativo no sentido de Winnicott (1975), mas é um viver criativo e, a despeito das ilusões que a mente ignorante cria, um viver imaginativo. Diríamos mais: um viver imagens para que, através delas, do diálogo com elas, sejam compreendidas camadas da psiquê de mais difícil acesso. Passemos a elas, às Cinco Contemplações do budismo do norte, grande tradição chinesa à qual estes ensinamentos se filiam.

Contemplação

As Cinco Contemplações do budismo do norte, ramo da religião que se estendeu da Índia

ao leste asiático, sobretudo China, Coréia e Japão, são pilares da prática de concentração. Um dos seis pāramitās – “verdades transcendentais que informam e guiam a prática budista, às vezes chamadas de ‘perfeições’” (HSING YŪN, 2004, p. 90) –, a concentração meditativa é caminho indispensável para a prática budista como um todo.

Embora as contemplações sejam, obviamente, cinco, focaremos nossa atenção em apenas uma delas, para ilustrar o que dissemos ser o conceito central deste artigo. Antes de passarmos à contemplação em si, entretanto, vejamos ainda outra demonstração da proximidade que esta técnica tem com a dimensão terapêutica estrita da *perlaboração*.

Em termos gerais, empregam-se as cinco contemplações para solucionar problemas específicos. Contempla-se a impureza para curar a ganância; a compaixão, para curar a raiva; a gênese condicionada, para curar a ignorância; o Buda, para curar o apego; e por fim a respiração, para curar a dispersão dos pensamentos.

Quando utilizamos uma das cinco contemplações para corrigir um problema espiritual, é importante empregar a contemplação correta. Também muito importante é passar para outra contemplação depois de ter trabalhado bastante tempo com o problema. Por exemplo, a contemplação da compaixão mostra-se adequada para alguém que esteja sofrendo do mal da raiva, mas há casos em que pode aumentar a ganância. Da mesma maneira, a contemplação da impureza presta-se para quem sofre de ganância, mas não para quem sofre de raiva, porque pode exacerbar este último problema. Quem sofre tanto de ganância como de raiva deve encontrar um equilíbrio correto entre as duas contemplações. Nessa área, é muito bom buscar aconselhamento com outras pessoas. (HSING YŪN, 2004, p. 90).

A contemplação que optamos por analisar é a segunda mencionada: a da compaixão. Conceito central no budismo do norte, especialmente na China em que a figura de Guan Yin, a bodhisattva da Compaixão, torna-se imagem de devoção, esta qualidade – ou, para usar o termo correto, *perfeição* – serve para superar a raiva e emoções negativas associadas. Existem três tipos de contemplação da compaixão, cada um destinado a um tratamento específico dos sentimentos do praticante:

Contemplação da compaixão baseada nas condições da vida

Esta contemplação é recomendada para quem tem ataques de raiva súbitos e despropositados, aparentemente sem causa. Os budistas chamam esse tipo de raiva de “despropositada” ou “perversa”, para distingui-la de outras formas.

A contemplação utilizada para superar esse sentimento é realizada em etapas: inicialmente, o praticante contempla um ser amado ou alguém de quem goste, imaginando essa pessoa em estado de felicidade. Em seguida, contempla alguém que lhe seja emocionalmente neutro, imaginando essa pessoa em estado de felicidade. Então, a contemplação recai sobre a pessoa a quem se dirige sua raiva e ela deve ser imaginada em estado de felicidade. Por fim, são contemplados todos os seres sencientes, imaginados em estado de felicidade. (HSING YŪN, 2004, p. 93-94).

Contra a raiva despropositada, raiva que não apresenta quaisquer justificativas consistentes além do fato de ser sentida, temos uma contemplação curiosa. Aqui, visando superar os sentimentos negativos nutridos com relação a alguém, o praticante busca vasculhar seus próprios sentimentos em relação não só a essa pessoa mas a outras, mais importantes para ele ou, como vimos, emocionalmente indiferentes. Através dessa prática é possível compreender não só os sentimentos, mas suas fontes, e muitas vezes – dado que essa emoção negativa é despropositada –

é possível perceber que não há qualquer vínculo imediato entre a pessoa de quem não se gosta e o sentimento de desgostar.

A desconstrução dos vínculos lógico-discursivos que a mente iludida estabelece – “não gosto dele porque é melhor que eu ao tocar piano”, por exemplo – reorienta a contemplação para o próprio sujeito, não mais psicoanalizando mas *contemplativo*. Chega-se perto de perceber que este sujeito, afinal, não existe enquanto consolidação de uma essência, e que o incômodo sentido ao ver o outro tocar piano só evidencia a corrente de preferências, preconceitos, desejos e, numa expressão budista, certa ganância/inveja – um dos três venenos da mente.

Não podemos dizer que exista necessariamente um trauma biográfico que gere a inveja. Assim, por mais clínica que seja esta terapêutica contemplativa, ela também apresenta a fluidez e dispersão de uma imaginação criativa, sobretudo quando esta é capaz de se compreender a si própria e questionar, a partir das orientações contemplativas, os pressupostos de sua própria existência.

Contemplação da compaixão baseada no Dharma

Esta contemplação é utilizada para curar o que se chama de “raiva razoável”, isto é, aquela dirigida a alguém que esteja agindo de forma imoral ou tentando deliberadamente nos causar problemas. É contemplação praticada considerando-se que todos os seres sencientes são fundamentalmente vazios, ou seja, carecem de natureza individual permanente. Todos os seres são interconectados e interdependentes e, em última análise, todos os seres são um. Não existe distinção real entre um ser e outro. Depois de ter vislumbrado essa verdade, devemos nos imaginar compartilhando a paz e a alegria que aprendemos na meditação com quem quer que esteja nos fazendo sentir raiva. Veremos que a raiva desaparecerá gradualmente. (HSING YŪN, 2004, p. 94).

Esta contemplação é prolongamento da primeira e ponte para a terceira, sobretudo por evidenciar a interconexão de todos os fenômenos e seres existentes. Sua eficácia está em contrabalançar o desejo combativo, mesmo que por uma “boa causa”, e diminuir os riscos do praticante se engajar em conflitos cujo cerne seja a intenção de “fazer o bem”. Essa intenção, muitas vezes e quase sempre transmutada em *furor gestorário*, peca pela incapacidade de administrar a equilibração de sua própria Sombra, seu próprio imaginário patente e denegado. Em tal furor:

começa-se a querer administrar a alteridade, precisamente para reduzi-la na sua diferença radical e solidão [...], mas em profundidade, para se resolver contratransferencialmente problemática interna do gestor que não suporta (sua) a Sombra que assim se apresenta projetada no o (O)utro refratário às minhas boas intenções (sic) de ajuda (sic). (BADIA, PAULA CARVALHO; 2002, p. 238; cf. também PAULA CARVALHO, 1997).

O terceiro tipo é a Contemplação da compaixão baseada na transcendência das condições da vida:

Emprega-se a contemplação deste tipo de compaixão para superar a chamada “raiva argumentativa”, que surge quando alguém expressa opinião divergente da nossa. A raiva argumentativa pode ser subjugada pela contemplação de que todas as distinções são fundamentalmente vazias, assim como são ilusórios todos os produtos da mente

discursiva. Uma vez que o pensamento dualista se caracteriza pela ilusão, não deveríamos ficar com raiva quando alguém diz algo com que não concordamos. (HSING YÜN, 2004, p. 94).

Transcendência das condições da vida. As contemplações, clínico-terapêuticas como a *perlaboração* freudiana, imaginário-arquetípica como a *perlaboração/auseinandersetzung* de Jung e Paula Carvalho, representam o confronto entre conteúdos inconscientes e conscientes de forma bastante ilustrativa. Como a noção psicanalítica, trazem à tona da psiquê certas dificuldades específicas da mente em lidar com certas situações específicas: o não-gostar de alguém, o desejo de sobrepor sua verdade argumentativa às verdades argumentativas de outros etc. Como a noção arquetipal, dissolve superfície e profundidade em um aspecto indeterminado, aspecto fusional de influências e referências psíquicas simbólicas: a transcendência das condições da vida abre espaço para a transcendência das condições da biografia, e atualiza as dificuldades específicas anteriores a partir de nova perspectiva.

O salto de Édipo está aqui, também: deixa-se de considerar bloqueios/traumas/resistências a partir de um corredor estreito de narrativas, de chaves de leitura. A partir de agora é possível perlaborar Édipo reelaborando sua mitologia. Ele transcende sua família, sai de casa e busca refúgio no Dharma de Buda. Não há prolongamento de uma tragédia grega porque a dimensão arquetípica da mente não tem fronteiras intransponíveis, por mais que toda trajetória, claro está, possua fronteiras e linhas de força que convergem para sua constituição.

Conclusão

Mais do que propagar ensinamentos budistas, doutrinários, nossa intenção foi apresentar as técnicas de contemplação como métodos de perlaboração terapêutica cujo caráter não clínico – e especialmente não psicanalítico – transcende os pressupostos disciplinares da área. O maior interesse, como já evidenciamos, é aproximar a perlaboração de um sentido utilizado na antropologia do imaginário, muito mais afeita às amplitudes simbólicas e arquetípicas do que à crítica psicanalítica estrita (cf. DURAND, 2001).

Considerada enquanto substrato psíquico amplo, a dimensão arquetípica do imaginário transcende a ontogênese biográfica, assim como o Dharma ultrapassa o entendimento limitado da mente iludida. O que importa é considerarmos suas colocações filosóficas como alternativas aos caminhos já muito trilhados da tradição – acadêmica ou, em sentido geral, tradição pessoal.

Saber rever as próprias visões, redimensioná-las, colocar novos prismas sobre antigos problemas, por fim desfazer antigos problemas a partir de pressupostos novos e radicalmente diferentes, eis algumas possibilidades que o constante movimento do imaginário oferece. É a isso que nos referimos quando falamos de *perlaboração*, e também a isso se prestam as cinco contemplações meditativas tais quais enunciadas pelo Dharma de um budismo chinês eticamente humanista, como o que aqui apresentamos (cf. também DURAZZO, 2013, 2015, 2016, 2017).

Referências

BADIA, Denis Domeneghetti; PAULA CARVALHO, José Carlos de. *Viáticos do imaginário*. São Paulo, Plêiade, 2002.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário*. introdução à arquetipologia geral. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

DURAZZO, Leandro. *O potencial do RPG: campo epistêmico do imaginário e perlaboração da problemática da alteridade*. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

_____. Experiência no budismo Chan e crítica epistemológica: imaginal e não-diferenciação como chaves metodológicas nos estudos de religião. *Religare*, vol. 8 n. 1, 2011, p. 69-79. ISSN 1982-6605. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/view/10945>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Budismo humanista, compaixão e libertação do sofrimento. *Voices*, Theological Journal of EATWOT (Ecumenical Association of Third World Theologians), volume XXXV, janeiro-março de 2013, p. 107-114. Disponível em <http://eatwot.net/VOICES/VOICES-2013-1.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. Venerável Yinshun e o Budismo para o reino humano: instruções de um mestre chinês do século XX *Cultura Oriental*, v. 2, n. 1, p. 39-44, jan.-jun. 2015. Acesso em: 10 abr. 2019.

_____. A montanha oriental se move: Mestre Dogen e o perspectivismo Zen no Sermão das Montanhas e Águas. *Religare*, vol. 13 n. 2, 2016, p. 480-505. ISSN 1982-6605. Disponível em <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/religare/article/view/32050>. Acesso em: 06 de agosto 2018.

_____. Negação do Ego no budismo chinês ou orientações para uma ética do Budismo Humanista de Taiwan. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, [S.l.], v. 1, n. 20, nov. 2017. ISSN 2183-3737. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/6125>. Acesso em: 06 de agosto 2018.

DURAZZO, Leandro; BADIA, Denis Domeneghetti. Dinâmicas da alteridade: o Role Playing Game (RPG) como narrativa do imaginário. In: Sueli Aparecida Itman Monteiro; Ricardo Ribeiro; Sebastião de Souza Lemes, Luci Regina Muzzeti. (Org.). *Educações na contemporaneidade: reflexão e pesquisa*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.

FORDHAM, Michael. *Freud, Jung, Klein – the fenceless field: Essays on psychoanalysis and analytical psychology*. London: Routledge, 2005

FREUD, Sigmund. Remembering, repeating and working-through (Further recommendations on the technique of psychoanalysis). Londres: The Hogarth Press, 1975. (The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud, 12). p. 145-156. [1914].

GONÇALVES, Ricardo Mario (org.). *Textos budistas e zen-budistas*. São Paulo: Cultrix, 1976.

HSING YÜN, Venerável Mestre. *Purificando a mente: a meditação no budismo chinês*. São Paulo: Cultura Editores, 2004.

JUNG, Carl Gustav. Prefácio. In: SUZUKI, Daisetsu Teitaro. *Introdução ao Zen Budismo*. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

_____. *Psicologia e religião oriental*. Petrópolis : Vozes,1980.

PAULA CARVALHO, José Carlos de. Etnocentrismo: inconsciente, imaginário e preconceito no universo das organizações educativas. **Interface** – Comunicação, Saúde, Educação / Núcleo de Comunicação da Fundação UNI. Botucatu: Fundação UNI, 1997. Disponível em: www.interface.org.br/revista1/debates2.pdf

_____. *Imaginário e Mitodologia*. hermenêutica dos símbolos e estórias de vida. Londrina, Editora UEL, 1998.

_____. *Mitocrítica e Arte*. trajetos a uma poética do Imaginário. Londrina, Editora da Universidade de Londrina, 1999.

WINNICOTT, Donald. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.